

**FONTES HISTÓRICAS E APROPRIAÇÕES TEÓRICAS NA
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: A PROBLEMÁTICA DOS VIESES
E OS DESAFIOS DO PRESENTE**
**HISTORICAL SOURCES AND THEORETICAL APPROPRIATIONS
IN BRAZILIAN HISTORIOGRAPHY: the problem of biases and the
challenges of the present**

Alexandro Neundorff¹
Aruanã Antonio dos Passos²

RESUMO: No limite de uma suposta posição periférica, a historiografia brasileira mantém como perene usos e abusos de referenciais teóricos formulados em outros contextos geográficos e temporais. Essa constante assume muitas vezes o *leitmotiv* das iras de inovação e sofisticções temáticas, metodológicas e teóricas em território nacional. Por vezes, do outro lado da moeda, uma massa de trabalhos que se valem desses referenciais de forma descontextualizada, o que provoca análises condicionadas e deformações dos próprios referenciais teóricos. Procuramos delimitar as possibilidades e os limites de usos de formulações teóricas estrangeiras em contraposição à análise de objetos, temas e problemáticas específicas da nossa realidade nacional na perspectiva dos chamados “vieses”. Assim, de que maneira a teoria se converte de ferramenta de apoio e ordenação da “operação historiográfica” (Certeau) para mordaça de enquadramento e deformação de nossos objetos de investigação? E quais as formas com que se pode enfrentar esse problema sem priorizar os referenciais teóricos ou a pura empiria factual em detrimento de uma interpretação de história? A partir dessas questões esperamos contribuir para uma ética de pesquisa e reflexão que leve em conta também a dimensão da teoria no ofício dos historiadores.

Palavras-chave: Teoria da história; historiografia brasileira; Apropriações teóricas, Vieses.

ABSTRACT: At the edge of a supposedly peripheral position, Brazilian historiography perpetually uses and abuses theoretical frameworks formulated in other geographical and temporal contexts. This constant often becomes the *leitmotif* of the desire for innovation and thematic, methodological, and theoretical sophistication within the national territory. At other times, on the other side of the coin, a mass of works uses these frameworks in a decontextualized way, leading to conditioned analyses and distortions of the theoretical frameworks themselves. We seek to delimit the possibilities and limits of using foreign theoretical formulations in contrast to the analysis of objects, themes, and specific problems of our national reality from the perspective of so-called “biases.” Thus, how does theory transform from a tool to support and order the “historiographical operation” (Certeau) into a gag for framing and distorting our objects of investigation? And what are the ways in which this problem can be addressed without prioritizing theoretical frameworks or pure factual empiricism to the detriment of an interpretation of history? Based on these questions, we hope to contribute to an ethics of research and reflection that also takes into account the dimension of theory in the work of historians.

Keywords: Theory of history; Brazilian historiography; Theoretical appropriations; Biases.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente do Departamento de História da Universidade Federal do Pará (UFPA). Contato: alexandroneundorff@ufpa.br

² Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Pato Branco. Contato: aruanaa@utfpr.edu.br

INTRODUÇÃO.

Este trabalho tem por objetivo apresentar um panorama dos principais problemas relacionados tanto à análise historiadora das fontes, quanto à própria síntese historiográfica. Pretende-se ainda realizar uma discussão específica envolvendo vieses que podem interferir sobremaneira na prática do ofício, quais sejam, o chamado viés da confirmação (*confirmation bias*), o viés retrospectivo (*hindsight bias*) e o viés da publicação (*publication bias*). Por fim, propomos uma crítica as apropriações teóricas da historiografia na chave interpretativa dos vieses sistematizados. É inerente a nossa proposta a compreensão de que são vários os problemas analíticos a que o historiador precisa se confrontar em cada manifestação de pesquisa que realiza, e, em cada uma de suas etapas. Desde o mais fundamental e recorrente erro anacrônico, até os indevidos – e igualmente recorrentes – problemas de superinterpretação, de memória e de autoilusão de isenção e neutralidade, temos atualmente novas e distintas dificuldades que podem comprometer significativamente um trabalho de pesquisa, tanto na análise e na escrita da história, como nos momentos anteriores à própria elaboração de um projeto e posteriores à publicação dos trabalhos. Novas e distintas dificuldades, pois os vieses cognitivos são objeto de estudos recentes em diferentes áreas como a psicologia, a economia e as neurociências, além de se apresentarem como uma infinidade de diferentes erros, tendências e desvios dos standards de racionalidade, na tomada de decisões e do bom julgamento.

Comumente, já nos primeiros anos de formação, o historiador e mesmo o professor de história, se deparam com aquele que seria o principal erro que alguém com tal formação poderia incorrer: o anacronismo. Depois, com a continuidade da formação, novos problemas e erros são também apresentados e postos ao nosso horizonte de trabalho, tais como o da superinterpretação na análise das fontes, ou então os diversos vieses de memória, presentes não apenas nos trabalhos que focam análise de fontes orais e da própria memória, como também atuantes na análise do historiador. Dos vieses cognitivos recentemente estudados, os que produzem os problemas mais evidentes para o trabalho do historiador são o viés da confirmação e o viés retrospectivo, além do viés da publicação que também produz efeitos indesejáveis sobre futuros pesquisadores, ou então, sobre objetos à serem pesquisados.

Em termos metodológicos, apesar de apresentarmos aqui um ensaio, também apontamos que ao mesmo tempo esboçamos ao final alguns caminhos para a crítica historiográfica no Brasil (recepção dos conceitos, análise institucional, brasilianistas). Ou seja, em certo sentido delineamos também um programa de investigação. Como ensaio, elucubrações metodológicas não precisam ser apresentadas ao modo de uma pesquisa empírica, mas, por outro lado, entendemos que é desejável uma certa explicitação do percurso reflexivo: por que esses autores? Por que essas categorias?

Pois bem, o presente ensaio orienta-se a partir de três movimentos que são complementares: de um lado, a análise conceitual de problemas clássicos da historiografia, como o anacronismo e a superinterpretação; por outro lado, a revisão crítica da literatura sobre essa mesma historiografia brasileira, dando mais ênfase para a maneira como referenciais estrangeiros são por ela apropriados; e complementarmente, a proposta de uma cartografia dos vieses cognitivos como ferramental para pensar os condicionantes que não são explícitos no trabalho do historiador.

Dois critérios principais orientaram nossa seleção bibliográfica, sendo o primeiro relacionado à representatividade e consolidação no campo, uma vez que priorizamos obras que em determinado momento foram referências na teoria da história (Bloch, Febvre, Certeau, Le Goff, Rüsen) e na crítica historiográfica nacional (Diehl, Fico, Polito, Malerba, Silva), portanto vistos como marcos indispensáveis e incontornáveis para a compreensão do debate. E um segundo critério que se dá pela atualidade e pertinência ao tema, na medida em que incorporamos certos estudos recentes sobre o tema dos vieses (Torgerson, Shaffer), ao mesmo tempo trabalhos que tratam da circulação internacional das ideias (Bourdieu, Grafton). Todos esses autores foram articulados através de uma tentativa de diálogo interpretativo, quando buscamos tornar evidente os aportes, mas também os limites de cada referencial quando contrapostos ao problema central: como esses instrumentos teóricos, ao serem descontextualizados, acabam por se converter em entraves em vez de ferramentas analíticas potentes ao trabalho historiográfico.

1. UM PANORAMA DE PROBLEMAS MAIS COMUNS À ATIVIDADE HISTORIADORA

Um dos primeiros problemas que surge à atividade historiadora, já nos primeiros anos de formação, certamente diz respeito às sutilezas do olhar empreendido pelo analista ao passado. Usualmente chamado “anacronismo”, tal olhar errôneo acerca do passado poderia ser resumido na utilização de conceitos e ideias de determinada época – e, efetivamente, do presente daquele que analisa – para analisar acontecimentos de outro momento histórico. Em outros termos, o anacronismo, como a própria origem grega da palavra designa, refere-se a um olhar que se põe “contra o tempo”, através de uma incoerência cronológica, justapondo ideias, conceitos, costumes, e mesmo pessoas e objetos de diferentes tempos em um mesmo recorte temporal. Embora tenha sido objeto de reflexão desde a antiguidade, o anacronismo ganhou expressão e importância para o ofício do historiador somente com os *Annales*, nas figuras de seus precursores, Marc Bloch e Lucien Febvre. Visto por Febvre de uma maneira bastante pronunciada – “[...] evitar o pecado dos pecados – o pecado dentre todos o imperdoável: o anacronismo” (FEBVRE, 2009, 33) –, o anacronismo passou a ser considerado como o principal problema que a análise da história poderia cometer, uma vez que “cada época fabrica mentalmente seu universo” (Ibidem, p. 30), há de se convir que a intrusão de elementos alienígenas a esse universo produzem erros e desvios inoportunos a qualquer reflexão. Para Febvre, nesse universo mental, cada época:

[...] não o fabrica apenas com todos os materiais de que dispõe, todos os fatos (verdadeiros ou falsos) que herdou ou que acaba de adquirir. Fabrica-o com seus dons próprios, sua engenhosidade específica, suas qualidades, seus dons e curiosidades, tudo aquilo que a distingue das épocas precedentes. Igualmente, cada época fabrica mentalmente sua representação do passado histórico. (Ibidem, p. 30)

De um modo geral, para Febvre, mais grave do que a intrusão de instrumentos materiais – “César morto por um tiro de browning” (FEBVRE apud BURGUIÈRE, 1993, p. 47) –, nada se compara ao chamado “anacronismo de instrumentos mentais” (Ibidem, p. 48). Nos diz Burguière:

Como acentua Febvre, toda interpretação expõe ao anacronismo. [...] O anacronismo traz, em si, ao mesmo tempo, a morte e a ampliação da história;

dialeticamente, o historiador tem o poder de recusar o que distorce a dimensão das coisas, o tempo, e da manipulação de um “pecado” que, bem como o pecado original, é também a fonte do conhecimento. (BURGUIÈRE, 1993, p. 48)

Em um sentido mais específico, podemos também pensar em diferentes tipos, níveis e motivações para o fenômeno do anacronismo. Com relação aos tipos, temos, por exemplo, o paracronismo (que ocorre quando uma coisa aparece posteriormente em um período de tempo em que não é normalmente mais encontrada) e o procronismo (quando aparece antes do período em que deveria). Em se tratando de níveis, podemos pensar em quão deslocado se encontra o objeto de anacronismo. E, em termos de motivação, seria prudente pensar que em nossa atividade existem dois polos, entre uma atitude claramente deliberada e outra claramente inconsciente de realizar uma abordagem anacrônica. Motivações políticas e invenção de tradições, por exemplo, podem ser enquadradas como atitudes deliberadas na promoção do anacronismo. Além disso, é preciso mencionar um uso retórico ou hiperbólico do anacronismo, com fins heurísticos e metafóricos, como, por exemplo, quando se fala em intelectuais na antiguidade, ou *reichs* antes da Alemanha unificada, ou ainda socialismos antes da Revolução Industrial.

Embora trate de uma motivação mais geral para a falsificação, Anthony Grafton em *“Forgers and Critics”* trabalha toda um amplo panorama de atitudes deliberadamente falsificadoras e adulteradoras da história, desde o Egito antigo até a Idade Média, e menciona que “nos séculos XVII, XVIII e XIX todas estas práticas [falsificadoras] continuaram. Estudiosos continuaram a forjar, por vezes, em busca de ganho pessoal ou profissional” (1990, p.32, tradução livre). Na promoção intencional de anacronismos, idem, cujo exemplo, já razoavelmente trabalhado na história da literatura, poderíamos mencionar as “traduções” de James Macpherson dos supostos poemas de Ossian. Sobre as falsificações e anacronismos intencionais, vale dizer que:

O falsificador, em suma, trata o seu leitor como um simulador de voo trata um piloto; ele oferece uma imagem vívida do texto específico e da situação que ele pretende representar, mas apenas uma vaga e, obviamente, irreal imagem de sua periferia. Como o piloto em treinamento, o leitor em questão é hipnotizado por aquilo que foi deliberadamente projetado, pela imagem escrupulosamente detalhada no centro do seu olhar, e, a partir disso, a ilusão é posta para funcionar. Uma vez que ele recue e passe a contestá-la, suas áreas vagas e perspectivas falsas emergem com aridez dramática e

surpreendente facilidade. Simulação não é a realidade, apesar de tudo – embora seus efeitos físicos e emocionais possam ser dolorosos o suficiente quando a vítima usa as vendas adequadas. (GRAFTON, 1990, p. 68, tradução livre)

Outro aspecto que vale pontuar, mesmo que rapidamente, é o aspecto análogo ao anacronismo, mas que se desenvolve quando implantamos algo que não era para estar naquele espaço: o anatopismo. Outro problema de análise, razoavelmente comum, é o da superinterpretação. Em boa parte de sua obra, Umberto Eco trata a questão da interpretação, sendo que em “Obra Aberta” (2003) opera especificamente a questão da indeterminação na arte hodierna atentando para o papel ativo que o intérprete desenvolve na estruturação de objetos dotados de valor estético. Este trabalho rendeu discussão e material para “Interpretação e Superinterpretação” (1993), onde busca desfazer algumas interpretações suscitadas, principalmente relacionadas com sua ideia de obra aberta a uma pluralidade de interpretações e a uma semiótica ilimitada. Eco argumenta que a pluralidade e o caráter ilimitado não significavam ausência de critérios e limites para a interpretação – “a noção de uma semiótica ilimitada não leva à conclusão de que a interpretação não tem critérios” –, mas que “interpretar um texto significa explicar porque essas palavras podem fazer várias coisas (e não outras) através do modo pelo qual são interpretadas” (ECO, 1993, p. 28).

Derivado dessa discussão, Eco propõe a ideia de superinterpretação – em parte, baseando-se também nas próprias interpretações realizadas a partir de seus trabalhos anteriores –, que nada mais seria do que uma ação interpretativa que extrai mais do que realmente o objeto interpretado/analizado teria realmente a dizer. Superinterpretar pressupõe uma ação imaginativa, uma ação de justaposição de textos que antecedem e que não estão contidos no texto analisado. Superinterpretar é, nesses termos, dobrar a análise às preconcepções do sujeito que analisa/interpreta, às suas demandas explicativas e necessidades de fundamentação. Obviamente que toda superinterpretação corresponde a um esgarçamento dos critérios que separam uma interpretação considerada coerente de outra incoerente, falsa ou inconsistente. E esses critérios são produto de um contexto específico, que depende do tipo de texto, das liberdades postas ao público que interpreta, das demandas daquela sociedade, etc. Portanto, o que é ou não superinterpretação depende do eixo em que orbita esse conjunto de critérios. Além disso, para os objetivos desse amplo

panorama, não podemos deixar de mencionar os problemas advindos da própria memória. Para Jacques Le Goff, a memória seria uma “propriedade de conservar certas informações” que “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (1990, p. 423).

A memória também se tornou um objeto de estudo e reflexão para a história apenas muito recentemente, sendo mais precisamente a partir dos anos 1970, no bojo das renovações oferecidas pelos *Annales* e dos empréstimos que a história desenvolveu efetivamente junto a outros campos de conhecimento, como a psicologia, a sociologia e a antropologia. Embora a discussão sobre a memória tenha uma relação mais profunda e específica com a História Oral, os problemas advindos da análise e interpretação da memória também incorrem sobremaneira sobre o trabalho do historiador de um modo geral. Problemas como o da seletividade da memória, dos interditos, esquecimentos, recalques, da justaposição de memórias, dos eventos fundadores e da simplificação do passado, etc., são particulares da memória individual, mas também podem ser derivados à memória coletiva e a própria história.

Diretamente relacionado aos pontos mencionados anteriormente, podemos colocar como um problema para o historiador e para o professor de história, no mesmo nível dos problemas mencionados até então, a questão da ilusão de isenção e neutralidade. Embora tenha se tornado uma imposição no século XIX, na esteira da cientificização dos campos de saber e especificamente da história, a neutralidade axiológica, a extirpação de toda subjetividade, de toda contaminação ideológica, logo seria questionada e posta como objeto de crítica. Ao menos, nos moldes que se impunha pela ilusão positivista, de uma física social.

A partir de meados do século XX já não se apresentava mais como uma necessidade irrecorrível, mas como uma busca, como um horizonte ético. Porém, apesar dessa mudança de orientação, o mito da neutralidade e isenção total ainda permanecem como uma espécie de ideal difuso no imaginário social e especificamente no de muitos profissionais da história. Vale consideração também vários outros aspectos pertinentes a esse panorama, mas que aqui apenas mencionaremos de passagem: a questão dos tropos de linguagem atuantes ao nível da síntese (e da própria análise, ou, mesmo, em um nível pré-analítico, de projeto), as prenoções e as petições de princípio orientando a atividade histórica como um todo, e, por

fim, há de se mencionar também iniciativas pontuais de discussão e teorização sobre os usos e abusos da história.

2. O PROBLEMA DOS VIESES: ELEMENTOS PARA UMA CARTOGRAFIA GERAL

Conjuntamente aos problemas mencionados acima, é importante estendermos nossa análise para alguns aspectos que receberam apenas recentemente maior atenção, mesmo que na reflexão especificamente histórica tenham ainda uma relevância bastante tímida enquanto objeto de reflexão. Dentre as dificuldades – erros, desvios e tendências analíticas, de síntese, de projeto e de publicação – que se apresentam ao historiador e também ao professor de história, podemos mencionar os vários vieses cognitivos, que percorrem uma gama variada de tipos (vieses sociais, vieses e erros de memória, vieses comportamentais, de crença e de tomada de decisões, etc.), naturezas e impactos. A seguir, trataremos um pouco mais especificamente três desses vieses: o viés da confirmação (*confirmation bias*), o viés retrospectivo (*hindsight bias*) e o viés da publicação (*publication bias*).

Antes, porém, para deixar mais claro alguns pontos, gostaríamos de trabalhar uma sistematização dos momentos que fundamentam nosso ofício, o de historiar e refletir sobre a temporalidade que nos funda como seres humanos (e baseando-nos livremente na tese de que somos seres temporais e históricos (BLOCH, 2001; RÜSEN, 2001). Em um primeiro momento, quando os interesses, a curiosidade ou a necessidade de buscar explicações surgem, temos efetivamente o ponto original de um trabalho que, a depender de sua sequência, pode se tornar um trabalho historiador. Poderíamos referi-lo como etapa ou momento de pré-projeto.

A partir de então, quando os interesses, necessidades ou a simples curiosidade se tornam uma dúvida objetivada em uma forma sistematizada de projeto de pesquisa, temos uma nova etapa ou momento. Que poderíamos chamar simplesmente de etapa ou momento de projeto. A seguir, quando as questões e objetivos à serem respondidos com a pesquisa, assim como o método e a abordagem teórico-conceitual são definidos (mesmo que de forma bastante preliminar), começamos uma nova etapa, que se desdobra em um dos aspectos mais importantes da pesquisa histórica: a analítica. Um próximo momento, que também

está fundamentalmente imbricado com a analítica, é a da síntese historiográfica, da escrita da história propriamente dita. E, por fim, uma das últimas etapas com a publicação dos trabalhos, produto da pesquisa desenvolvida. Em cada um desses diferentes momentos intervêm diferentes erros de conduta, preconceitos, suposições, seleções, vieses, desvios e tendências.

Embora esteja presente em cada um dos momentos, o viés da confirmação (*confirmation bias*) é mais facilmente identificado nas etapas iniciais de uma pesquisa e pode ser definido como uma tendência para procurar, interpretar, focar e lembrar de informações que, de uma forma ou de outra, confirmam nossas concepções e preconceitos, crenças e hipóteses. Traduzindo nos termos de uma pesquisa histórica, o viés da confirmação atua na seleção das fontes à serem utilizadas, na abordagem conceitual e teórica e na própria leitura e análise produzidas. Talvez o lado mais pernicioso deste viés se apresente na seleção da empiria que referenda as teses defendidas, quando toda uma gama de fontes que as contradizem são postas de lado, escamoteadas e sequer referenciadas.

Já em se tratando do viés retrospectivo (*hindsight bias*), é no momento da própria análise e síntese que se faz mais presente. É evidente, quando na análise efetuada, se recorre a abordagens do tipo “tal fato era inevitável”, ou “de acordo com o concatenamento das causas, era evidente que tal acontecimento ocorreria”. Ou seja, em visões históricas que propõe a inevitabilidade e a previsibilidade dos eventos. Porém, mais especificamente, o viés retrospectivo pode ser resumido a uma tendência de enxergar a história como determinista e, em termos de análise, buscar a reflexão após o evento ocorrido desconsiderando o fato de os sujeitos que tomaram as ações não possuírem prognósticos ou previsões do que viria a ocorrer.

Um problema da última fase de vida de uma pesquisa, o viés da publicação (*publication bias*) também produz impactos mais gerais, sobre a comunidade de profissionais como um todo. Em linhas gerais, poderíamos nos referir ao termo “viés de publicação” como “a tendência de uma maior proporção de publicação de resultados positivos de experimentos estatisticamente significativos e, por outro lado, uma maior proporção de resultados negativos ou nulos estatisticamente significantes não serem publicados” (TORGERSON, 2006, p. 89, tradução livre). Tal viés faz parte de um conjunto

mais amplo de vieses usualmente chamado de viés de relatório (*reporting bias*), definido como uma revelação ou supressão seletiva de informação.

3. A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA ENTRE APROPRIAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

No limite de uma “suposta” posição periférica, a historiografia brasileira mantém como perene usos e abusos de referenciais teóricos formulados em outros contextos geográficos e temporais. Essa constante assume muitas vezes o *leitmotiv* das iras de inovação e sofisticação temáticas, metodológicas e teóricas em território nacional. Os exemplos são os mais variados: de obras consideradas pioneiras em determinada temática (por exemplo: estudo de bruxaria e feitiçaria que explodiram aqui no Brasil no final dos anos 1980, passando pela sexualidade, loucura, cotidiano, sentimentos e sensibilidades e até mesmo a teoria da história). Inovações também materializadas em projetos editoriais importados. Citamos dois exemplos emblemáticos: o primeiro é um sucesso de vendas na França, *A História da Vida Privada*. Coletânea abrangendo grupos de pesquisadores reunidos sob a direção de grandes nomes da historiografia contemporânea, o campo da vida privada é teoricamente “inventado” e aplicado a períodos históricos que não comportavam essa formulação: como é o caso do mundo Antigo. A Coleção *História da Vida Privada* tem seu primeiro volume publicado na França em 1985. Sucesso na Europa o modelo é copiado no Brasil, com uma pequena distância temporal de 13 anos. Nossa *História da Vida Privada no Brasil* é publicada em 1997! E claro que aqui, capitaneada por historiadores de renome como Adauto Novaes, Nicolau Sevcenko e Lilia Moritz Schwartz, causou grande impacto na historiografia nacional, popularizando a noção de vida privada como categoria chave para se compreender o processo de modernização do Brasil.

O outro exemplo, similar ao da *História da Vida Privada*, é o da *História das Mulheres*. Projeto editorial coordenado na França por Michelle Perrot e Georges Duby e publicado na sua primeira edição em italiano no ano de 1991. Nossa versão sai em 1997, organizada por Mary Del Priori. Outro sucesso editorial, vencendo o prêmio Jabuti em 1998, na categoria “Ciências Humanas”. Tivemos outras propostas editoriais com inspiração estrangeira. Como é o caso da *História do Amor no Ocidente* de Denis de Rougemont

(publicada em 1939) e também *A História dos Jovens*, em dois volumes organizado por Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt (publicada no Brasil em 1996), seguindo a onda do “esmigalhamento” da história sofrida a partir da terceira geração dos *Annales*, como defende a tese de François Dosse. Temos ainda obras que poderão trilhar o caminho de suas progenitoras e florescer em nossa historiografia, como a *História da Virilidade* capitaneada por Alain Corbin e dividida em três volumes; além das cuidadosas edições da “*História da Beleza*” e da “*História da Feiúra*” organizadas por Umberto Eco, com grande qualidade visual e gráfica.

Por vezes, do outro lado da moeda das grandes produções editoriais “badaladas”, encontramos uma massa de trabalhos historiográficos que se valem desses referenciais de forma descontextualizada, o que provoca análises condicionadas e deformações dos próprios referenciais teóricos. Aqui os exemplos também são tão volumosos quanto o número desses trabalhos. Basta percorrer qualquer caderno de resumos de um evento em nossa área ou anais de simpósio e encontros para nos depararmos com esse tipo de trabalho. Para além da “curiosa” alquimia realizada por esses trabalhos, onde objeto de pesquisa, referencial teórico e metodologia são amarrados aparentemente de forma harmônica, o que merece destaque é a elasticidade com que os conceitos, nos primeiros casos o de “representação”, funcionam como coringas num baralho. Ao passo que, ao primeiro olhar, dão legitimidade e consistência ao discurso que se quer sustentar, também confluem para posições acadêmico institucionais do vasto campo historiográfico. Em outras palavras, localizam peças e posições num tabuleiro.

Idiossincrasias a parte, delimitar as possibilidades e os limites de usos de formulações teóricas estrangeiras em contraposição a uma análise de objetos, temas e problemáticas específicas da nossa realidade nacional, certamente não é tarefa fácil e não me proponho a realizar essa empreitada nos limites desse texto, tarefa que exige anos de investigação criteriosa. Ao contrário, vou tentar elaborar uma cartografia de possibilidades de questionamento e investigação, às quais já persigo desde a minha graduação quando tive o privilégio de pensar e discutir essas questões através de minha pesquisa de iniciação científica com a então pioneira perspectiva de estudo das transferências culturais na historiografia brasileira realizada por Helenice Rodrigues da Silva.

Assim, uma primeira e dura questão se direciona as maneiras com que as teorias se convertem de ferramenta de apoio e ordenação da “operação historiográfica” (Michel de Certeau) para mordaça de enquadramento e deformação de nossos objetos de investigação. Questão extremamente delicada, sem dúvida. Mas quais seriam as formas com que se pode enfrentar esse problema sem priorizar os referenciais teóricos ou a pura empiria factual em detrimento de uma interpretação de história? Podemos a partir dessas questões contribuir para uma ética da pesquisa e reflexão que leve em conta também a dimensão da teoria no trabalho dos historiadores?

Nos últimos 30 anos as historiografias “centrais” (francesa e norte-americana, principalmente) sofreram mutações consideráveis em razão das “viradas críticas” e da própria “aceleração da história”. Tributária de matrizes intelectuais estrangeiras, a historiografia brasileira, em decorrência das inevitáveis defasagens, ainda não parece ter bem assimilado essas mudanças metodológicas e epistemológicas. Se as ideias circulam em tempos mundializados numa sociedade de consumidores com grande rapidez elas não trazem consigo os contextos das produções de que são produto. Desse modo, a separação das produções culturais dos sistemas de referências teóricas em relação às quais as ideias se definem, provoca, conseqüentemente, sérios mal-entendidos. Como ressaltou Pierre Bourdieu (2002, s/p) em seu trabalho sobre a circulação internacional de ideias:

Acredita-se frequentemente que a vida intelectual é espontaneamente internacional. Nada é mais falso. A vida intelectual é lugar, como todos os outros espaços sociais, de nacionalismos e imperialismos, e os intelectuais veiculam, quase tanto quanto os outros, preconceitos, estereótipos, idéias prontas, representações muito sumárias, muito elementares, que se nutrem dos acasos da vida cotidiana, incompreensões, mal-entendidos, feridas (aquelas, por exemplo, que pode infligir ao narcisismo o fato de ser desconhecido em um país estrangeiro).

Esse efeito de descontextualização distancia a prática da teoria, tornando essa última abstrata a seu objeto e contexto de formulação. Tendo em vista que a crítica historiográfica no Brasil, como ressaltava Jurandir Malerba, ainda é incipiente, segundo ele devido a hipótese de que “os historiadores operam com conceitos diversos de historiografia, o que tem comprometido o avanço desse campo de reflexão teórica”. Assim, uma das dificuldades iniciais reside no fato de que o campo da crítica historiográfica ainda seria insipiente no Brasil. Essa posição é forçada por Ronald Polito e Carlos Fico. Segundo esses autores: “as

produções de recensões historiográficas ainda é extremamente tímida e lacunar na atividade dos historiadores profissionais no Brasil”, sendo que, aqui, a “crítica historiográfica” não é um ramo consolidado como nos EUA, por exemplo (FICO & POLITO, 1996, p. 199).

Malerba identifica apenas dois projetos concretos de avaliação historiográficas propostos e executados no Brasil nos anos 1990 – nos decênios anteriores merecem destaque os trabalhos de José Roberto do Amaral Lapa e de José Honório Rodrigues (RODRIGUES, 1949; RODRIGUES, 1965; LAPA, 1970; LAPA, 1979; LAPA, 1976). O primeiro trabalho identificado por Malerba é a tese de doutorado de Astor Diehl defendida na Alemanha e publicada no Brasil em três volumes e assim dividida: Primeiro volume: “A Cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930”; Segundo volume, intitulado: “A Cultura historiográfica brasileira. Década de 1930 a 1970”; E, por fim, o terceiro: “A Cultura historiográfica brasileira dos anos 1980: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira”. As três obras constroem uma grande síntese do desenvolvimento da historiografia brasileira desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839 até o final dos anos 80 do século passado. A espinha dorsal do seu trabalho é a ideia de “cultura historiográfica” e de “matriz disciplinar”. No caso brasileiro nessas duas dimensões, “cultura historiográfica” e “matriz disciplinar” estaríamos marcados pela tensão entre moderno e tradicional. Segundo ele, a historiografia do nosso país produziu um saber histórico e historiográfico pouco alicerçado em sua experiência concreta. Como resultado, desenvolveu-se em território nacional uma recepção acrítica dos modelos europeus, que foram elaborados a partir de experiências culturais diferentes da nossa (DIHEL, 1993, p. 33-4).

O segundo projeto de avaliação historiográfica de peso elencado por Malerba, foi realizado por Ronald Polito e Carlos Fico, que resultou na obra “*A velha história*” (publicada em 1996, Papyrus Editora), principalmente no sentido de diagnosticar a produção e o contexto de realização dos estudos históricos no Brasil, ainda que apenas um capítulo se proponha a realizar uma síntese de nossa historiografia, sendo os demais capítulos dedicados a temas e campos específicos: de Norbert Elias aos canoieiros do Recife, passando pelo mito, tempo, fronteira e identidade. Ecletismo esse também presente em outra coletânea de bastante sucesso no meio acadêmico: me refiro a *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, coletânea organizada por Marcos César de Freitas publicada em 1998 e também

recobrando temas dos mais diversos: do Brasil Colonial, passando pelos votantes pobres no Império até a historiografia sobre os intelectuais nos anos 1950 e até mesmo um capítulo dedicado à didática da história. Tivemos ainda na entrada do novo milênio o grande sucesso editorial: “*Domínios da História*” (publicada em 1997, Editora Campus). Obra organizada por Ronaldo Vainfas e pelo goiano Ciro Flamarion Cardoso, este que já havia, ainda nos anos 1970 produzido duas obras que orientaram as discussões sobre teoria e metodologia no Brasil por um bom tempo: *Introdução à história* (1981); e com Héctor Perez: *Os métodos da história* (1976). Destaque ainda para o libelo anti pós-modernista de Cardoso publicado em 1988: trata-se dos *Ensaio Racionalista*. Na última década se sucederam outras obras em campos e temáticas mais específicas constituindo sub áreas e subtemáticas. A lista é longa. Para uma revisão mais cuidadosa sugerimos a consulta a obra organizada pelos professores Jurandir Malerba e Carlos Aguirre Rojas, *Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica* (Edusc, 2007).

A nível de contextualização podemos considerar que, grosso modo, a historiografia brasileira dos anos 1950 e 60 se sedimentavam sobre o seu carácter factualista e empirista. Os anos 70 já denotam outra ênfase teórica, agora bastante influenciada pelo marxismo, o que é compreensível se levarmos em consideração a ação do Regime Autoritário Militar no período, em que pese a resposta da historiografia nacional produzindo uma história estrutural, totalizante e crítica, que já contava com o fortalecimento da influência da historiografia francesa dos *Annales*. A análise dessas dinâmicas de apropriação não se constitui apenas através de um transitar sobre temas históricos, como escravidão, movimento operário, gênero, Estado Novo, sexualidade, mas tem ainda como foco a percepção do modo como cada um desses temas se apropria e utiliza das ideias, conceitos, teorias e metodologias, em especial, as estrangeiras. Essa opção se fortalece pela própria constituição dos nossos ambientes acadêmicos e a Universidade de São Paulo é um exemplo particularmente referencial já que em sua criação na década de 1930 contou com uma missão francesa para sua ordenação inicial: “um grupo de universitários franceses – entre os quais o etnólogo Claude Lévi-Strauss, o historiador Fernand Braudel, o geógrafo Pierre Monbeig, os sociólogos Paul Maugué, os sociólogos Paul Arbousse Bastide e Roger Bastide – participam da fundação da Universidade de São Paulo em 1934”. De modo mais específico a influência francesa sobre a historiografia brasileira é forte e antecede o surgimento e a

consolidação das instituições universitárias. Como destacam Polito e Fico: “em primeiro lugar, os primeiros cursos de pós-graduação em história no Brasil foram pensados levando-os em conta certos referenciais temáticos, metodológicos e teóricos estrangeiros, notadamente aqueles oriundos da França” (MALHERBA In: FICO & POLITO, 1996, p.191).

As dificuldades de pesquisa sobre a historiografia e a cultura historiográfica brasileira se iniciam pelo fato de que, “a produção de recensões historiográficas ainda é extremamente tímida e lacunar na atividade dos historiadores profissionais do Brasil” (MALHERBA In: FICO & POLITO, 1996, p.184). Sendo que, no Brasil, a “crítica historiográfica” não é um ramo consolidado como nos EUA (MALHERBA In: FICO & POLITO, 1996, p.199). Jurandir Malerba identifica apenas dois projetos concretos de avaliação historiográficos propostos e executados no Brasil na década de 1990: Astor Diehl e sua obra resultante de tese de doutorado defendida na Alemanha e publicada em três volumes no Brasil (Ver: DIEHL, 1998, 1999, 1993); os estudos desenvolvidos por Ronald Polito e Carlos Fico, principalmente num sentido de diagnosticar a produção e o contexto de realização dos estudos históricos no Brasil. A década de 80 se inicia com uma abertura teórica, chamada por Astor Dihel de mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira (DIEHL, 1993. Ver também do mesmo autor: 2002). É um período de aberturas teóricas que caminharam *pari passu* com a abertura política vivida no país. Exemplo dos impasses teóricos da primeira metade da década de 80 é o estudo de Margareth Rago, *Do cabaré ao lar* (1985) onde a autora conflui duas posições teóricas distintas e sofriam sua absorção pela historiografia brasileira com o frescor da novidade: Michel Foucault e Edward Palmer Thompson.

É inegável que o pensamento historiográfico após a segunda metade da década de 1980 tornou-se plural – isso se explica em muito pela multiplicação dos cursos de pós-graduação, do crescimento de editoras universitárias e do mercado editorial nacional como um todo, e pelo movimento conhecido como globalização e seus implementos: avanços tecnológicos, de comunicação e transporte – uma miscelânea de influências, apropriações e usos. Sob estes aspectos concordamos com Fico e Polito quando estes relacionam a necessidade de se observar a evolução das universidades e especificamente dos cursos de pós-graduação em história no Brasil (FICO & POLITO, 1992, p. 189). A pesquisa universitária em história no país é tributária da influência das correntes, das “matrizes” historiográficas estrangeiras, mesmo que de forma é heterogênea. Como aponta a recente

tese de Ricardo Marques de Mello, defendida no programa de pós-graduação em História da Universidade de Brasília e intitulada “*Tendências historiográficas na Revista Brasileira de História, 1981-2000*”. Claro está que nem tudo que acontece no exterior, como bem destaca Malerba, se liga ao Brasil. Não há transposição teórica, mais sim – a nosso ver – circulação e transferência de noções, conceitos e métodos que na maioria das vezes já chegam ao Brasil descontextualizados e não raras vezes são aqui deformados. É o que acontece, por exemplo, com a interpretação que Ronaldo Vainfas faz da micro-história italiana confundindo a mesma com a conhecida história das mentalidades na obra *Os protagonistas anônimos da história* (2002). Ou ainda, com dois conceitos muito utilizados no Brasil, principalmente a partir da década de 90: *identidade e memória*. Segundo Helenice Rodrigues:

(...) as categorias de memória e identidade foram reabilitadas nos países europeus no momento mesmo do final de um ciclo histórico: os chamados “Trinta Gloriosos” (1947/1975). Em meio a crises econômicas e ao desaparecimento das ideologias de progresso, a crença no devir da humanidade parecia se distanciar dos “horizontes de expectativas” (SILVA, 2006, p. 6).

As deformações na recepção inicial sobre estes dois conceitos são sintomáticas na apropriação feita pela historiografia brasileira. Enquanto na Europa da década de 80, no campo intelectual o que se observa é a crise dos “paradigmas” motivada pela crítica ao estruturalismo, os *Annales* e do marxismo e ainda pela *linguistic turn* americana popularizada pelos trabalhos de Hayden White e Dominique LaCapra, valorizando os aspectos da narrativa e da linguística no discurso e no *métier* do historiador. No Brasil o contexto é praticamente oposto. O otimismo vivido pelo país com a reabertura política e o fim da ditadura militar não eram condizentes com o contexto europeu de crise dos paradigmas e revalorização do subjetivo que chamou atenção para o desenvolvimento dos estudos de memória, identidades relacionadas com o campo da história oral e do tempo presente (DOSSE, 2003), já que, e cito novamente Helenice Rodrigues:

Segundo François Hartog, o regime de historicidade baseado, tradicionalmente, na articulação do passado ao futuro, ou se preferirmos, empregando a expressão de Reinhart Koselleck, na possibilidade de associar o “campo de experiência” e ao “horizonte de expectativa”, tende a ser substituído, sobretudo, nos países europeus, pela inquietante obsessão pelo presente. “Presente do passado”, a categoria da memória, como

equivalente à ideia da presença de uma ausência, responde deste modo, a uma demanda social. Com a reabilitação do presente, do acontecimento, do tempo curto, o fenômeno da memória se impôs, como complemento de uma história, em países que viveram às tragédias do século XX. “Nesse sentido, os estudos da memória no Brasil pretenderam, igualmente, focalizar as vítimas da história, como: os exilados e/ou os opositores da ditadura militar (SILVA, 2006, p. 7).

Ou seja, a assincronia entre espaços de formulação teórica e os espaços de apropriação desses conceitos pode levantar problemas de ordem epistemológica ou estaríamos diante de um falso problema, já que no movimento de apropriação haveria uma conformação dos referenciais aos nossos objetos de estudo? É lógico que essa recepção dos debates sobre memória e identidade nos anos 90 se articula ao momento histórico da redemocratização e ainda pela necessidade de se lidar com os resquícios do regime militar. Segundo Malerba, Carlos Fico e Ronald Polito concluíram que, “(...) apesar de todos os problemas, desde os materiais até os da ‘dependência cultural’, a história no Brasil tendeu a uma efetiva profissionalização (...)”, sendo que, mesmo assim, os estudos sobre teoria, metodologia na década de 1980 foram praticamente inexistente (MALHERBA, 1990, p.198). O avanço e a profissionalização crescente da historiografia brasileira acompanham também o crescimento do mercado editorial, mesmo com os problemas e deficiências das editoras universitárias, e dos cursos de pós-graduação pelo país. O grande problema enfrentado pela historiografia brasileira, nesse contexto, é o debate descentrado e fragmentário sobre a historiografia.

Assim, se, os estudos sobre o cotidiano desenvolvidos, a partir do final dos anos 80, demonstram o aumento da diversidade de temáticas como a bruxaria, sexualidade, corpo, loucura, imaginário, eles denotam também uma relação com a produção internacional que direciona a atualização das pesquisas. Isso se relaciona com a constatação de Fico e Polito de que foi “com um relativo atraso, passou-se a discutir textos importantes da reflexão estrangeira” (FICO & POLITO, 1992, p. 205). Como exemplo se pode destacar o debate fomentado pela dimensão narrativa dos eventos históricos incitados por White e LaCapra, que chegou a ter efeito na fundamentação de teses negacionista anos 80 na Europa; corrente essa que chegou a negar o holocausto e os campos de concentração. Isso ressalta o fato de que, para Fico e Polito, “nosso atraso é ainda grande em relação às polêmicas internacionais” (FICO & POLITO, 1992, p. 205). Outro exemplo, e que em muito se relaciona com a

discussão proporcionada pela *linguistic turn* norte-americana é a questão da “pós-modernidade”. No Brasil conceito pouco problematizado, estigmatizado, deformado e, paradoxalmente, muito popularizado – até de forma pejorativa. Utilizado frequentemente enquanto lugar-comum, como o utiliza Astor Diehl de modo arbitrário dedicando capítulos inteiros de seu livro *Cultura Historiográfica* (DIEHL, 2002, em especial os capítulos 4 e 6), sem uma frase sequer discutindo e definindo aquilo que chama de “pós-moderno”. De um modo, geral esse descompasso resulta das defasagens com que o debate em torno do pós-moderno chegou ao Brasil. Na percepção de Helenice Rodrigues:

As defasagens temporais se manifestam, igualmente, em termos das imprecisões terminológicas, gerando sérios anacronismos. Por exemplo, a expressão “nova história” é frequentemente utilizada como sinônimo de história do presente. Forjada pela terceira geração dos *Annales* nos anos 70, a “nova história” aplica-se aos novos métodos, problemas e objetos de uma história da longa duração, fundada na antropologia histórica e na história das mentalidades. Um outro exemplo diz respeito às indevidas assimilações entre “história das sensibilidades” (parte da recente história cultural francesa), micro-história, ambas trabalhando com os indivíduos comuns e populares, e história das mentalidades, dos anos 60/70. embora os objetos possam ser semelhantes, os procedimentos de análise (a metodologia) é fundamentalmente distinta (SILVA, 2006, p. 7).

Em primeiro lugar aqueles que se autodenominaram “pós-modernos” foram duramente criticados na Europa, porque os fundamentos de suas propostas baseadas na crítica da razão e da cientificidade do conhecimento, já havia sido realiza no século XIX e início do XX (com Nietzsche, Freud, Marx, Weber e outros). Segundo Helenice Rodrigues da Silva:

Se a grade da ‘pós-modernidade’ permite a compreensão dos paradigmas teóricos norte-americanos a partir dos anos 70, ela impossibilita a apreensão dos modelos intelectuais franceses desse mesmo período. Ora, como sabemos, a categoria “pós-moderno”, além de seu caráter ambíguo e inconsistente, restringe-se ao contexto cultural americano, não se aplicando à realidade histórica e intelectual européia (sic.)(SILVA, 2006, p. 3).

Delimitamos, por fim, um pequeno esboço de temas, abordagens e questões para um aprofundamento desse, que ao meu ver, é um dos grandes temas de nosso tempo: a circulação das ideias e tudo que envolve esse processo:

1 – Recepção das áreas, temas, autores e a sua mimetização em contexto nacional: Já ultrapassamos o recorte dos grandes territórios (me refiro a História Econômica, Política, Social, Cultural). Navegamos recentemente nas ondas das linhas do esmigalhamento da história (F. Dosse): Não mais História das Religiões, mas das práticas religiosas e da religiosidade, dos Excluídos, dos Marginais, dos Povos “sem história e sem voz” (ainda que o termo soe vago demais); não mais apenas a História das Mulheres, mas de Gênero (comportando as mais diversas manifestações da sexualidade em voga). E a estratificação vem aumentando após uma certa queda no corte conceitual da “classe”: temos hoje já historiografias de sujeitos históricos ganhando maior densidade em volume e qualidade de trabalhos. É o caso de índios, ribeirinhos, caboclos, moradores de periferias e favelas etc.;

2 – Uma segunda possibilidade é a análise dos conceitos e suas figurações no discurso dos historiadores: Memória, Identidade, Poder, Cultura, Região, Poder, Violência, História, dentre outros.

3 – Uma terceira possibilidade: enfrentamento das questões delicadas que envolvem a dimensão institucional da historiografia, seus locais e práticas de poder: a) “Imposições” de referenciais teóricos? Como funciona essa mecânica? O que está em jogo? É claro que os formadores (os Mandarins, para usar o termo que Jean Chesneaux deu aos grandes pesquisadores) são especialistas: eles replicam suas especialidades teóricas aos seus formandos. Além disso eles sugerem (alguns exigem, outros impõem, dependendo do caso) seus próprios referenciais seja com a justificativa da pouca maturidade de seus alunos, seja por característica de sua própria formação. Ou seja, há relações de força em jogo: políticas, de poder, institucionais, de reputação etc.

4 – Quanto olhar possível é para a fecundidade dos referenciais teóricos e sua perpetuação: seria o acompanhamento da trajetória de referenciais em território nacional; Claro, esse viés pode contemplar os projetos editoriais e as jogadas de marketing tanto de livros quanto de eventos. Mas também as Linhas de Pesquisa de Programas de Pós-graduação e de Grupos de Pesquisa.

5 – Um quinto ponto é a interessante perspectiva dos Brazilianistas: (pesquisadores estrangeiros que realizam estudos sobre o Brasil). Haveria uma possibilidade de análise por

espelhamento? Em outras palavras, como esses estrangeiros se valem dos referenciais teóricos e como funcionam para análise dos objetos que se propuseram a investigar? Como referência aqui, faço menção a importante coletânea *O Brasil dos Brazilianistas (1945-2000)*, organizada por Rubens Antonio Barbosa, Marshall Eakin e Paulo Roberto de Almeida (Paz e Terra, 2002).

Para concluir, buscamos destacar de forma breve e introdutória alguns aspectos, algumas considerações, algumas notas sobre uma temática de pesquisa pouco explorada ainda pelos intelectuais brasileiros. E que carece de maior atenção por parte dos historiadores que acreditam que a reflexão sobre o seu ofício é indispensável para a tomada de consciência de seu lugar dentro da historiografia, e, principalmente da ética necessária para o amadurecimento da cultura historiográfica e do conhecimento histórico no Brasil. Mas que fique claro. Não pretendemos instituir formas com que as apropriações culturais na historiografia ocorram num ambiente estéril e livre de qualquer deformação ou inferência de vieses específicos, nem acreditamos nessa possibilidade. Ao contrário, abordagens conceituais de referenciais teóricos e metodológicos estrangeiros são passíveis de transformações, deformações e aproximações. No entanto é fundamental que as considerações temporais que ligam formulações teóricas dos seus contextos de recepção e uso façam parte de toda operação de apropriação e instrumentalização conceitual teórica e metodológica, como bem aponta Helenice Rodrigues. O preço a se pagar na manutenção de um tipo de apropriação teórica indiscriminada é uma história desencarnada de suas potencialidades de crítica e reflexão. Um tipo de história e de operação historiográfica (Michel de Certeau) a qual nem a sociedade e nem mesmo os historiadores necessitam, já há muito tempo.

REFERÊNCIAS

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ATKINSON, R. F. **Knowledge and Explanation in History**. London: 1978.

BEZERRA, Holien Gonçalves; SANTOS, Edílson Gualberto dos (coord.). **QUEM É QUEM NA HISTÓRIA: pesquisadores e pesquisas no Brasil**. Goiânia: Cegraf, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. **As condições sociais da circulação internacional das ideias (2002)**. Trad. Luiz Felipe Martins Cândido. Disponível em: <http://ninjaufsj.files.wordpress.com/2011/08/as-condic3a7c3b5es-sociais-da-circulac3a7c3a3o-internacional-das-ideias-plural.pdf>. Acesso: 09/12/2025.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia (Org.). **Memória (re) sentimento**. Indagações sobre a questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001.

BURGUIÈRE, André. (Org.) **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CARDOSO, Ciro; MALERBA, Jurandir (Org.). **REPRESENTAÇÕES: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHILD, Arthur. **Moral Judgment in History**. In: Ethics 61, 1951, p.297-308.

CONNOR, Steven. **Introdução às teorias do contemporâneo**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

CRACRAFT, James. **Implicit Morality**. In: History and Theory, Vol. 43, No. 4, Theme Issue 43: Historians and Ethics, Dezembro/2004, p. 31-42.

DIEHL, Astor. **A CULTURA HISTORIOGRÁFICA DOS ANOS 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira**. Porto Alegre: Evangraf, 1993.

_____. **CULTURA HISTORIOGRÁFICA: memória, identidade e representação.** Bauru, Edusc, 2002.

ECO, Umberto. **OBRA ABERTA: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas.** São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. Superinterpretando textos. In: _____. **Interpretação e superinterpretação.** SP: Martins Fontes, 1993, p.53-77.

FEBVRE, Lucien. **O PROBLEMA DA INCREDELIDADE NO SÉCULO XVI – A religião de Rabelais.** São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória.** Passo Fundo: Edup, 1998.

FERRO, Marc. **Falsificações da História.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1994.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989).** Ouro Preto: Ufop, 1992.

FØRLAND, Tor Egil. **THE IDEAL EXPLANATORY TEXT IN HISTORY: A Plea for Ecumenism.** In: History and Theory 43/3, 2004, p.321-340.

FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

GADDIS, John Lewis. **THE LANDSCAPE OF HISTORY: How Historians Map the Past.** New York: Oxford University Press, 2002.

GRAFTON, Anthony. **FORGERS AND CRITICS: Creativity and Duplicity in Western Scholarship.** Princeton: Princeton University Press, 1990.

IGLÉSIAS, Francisco. **OS HISTORIADORES DO BRASIL: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

JAPIASSU, Hilton. **Nascimento e morte das ciências humanas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

LAPA, José Roberto do Amaral. **História e historiografia**. Brasil pós-64. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1985.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MACLEOD, Norman. **THE GEOLOGICAL EXTINCTION RECORD: History, data, biases, and testing**. In: Geological Society of America Special Papers, Agosto/2014.

MACMILLAN, Margaret. **Usos e abusos da História**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MALERBA, Jurandir. **ACADÊMICOS NA BERLINDA OU COMO CADA UM ESCREVE A HISTÓRIA?** Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre a Public History. *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, UFOP, n. 15, agosto de 2014.

_____. (Org.). **A velha história**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **NOTAS À MARGEM**: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende (Org.). *Memória, Identidade e historiografia*. Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em história da UnB. Brasília: 2002.

MARRAMAO, Giacomo. **PODER E SECULARIZAÇÃO: as categorias do tempo**. São Paulo: Unesp, 1995.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NISBET, Robert. **História da idéia de progresso**. Brasília: UnB, 1992.

OLDFIELD, Adrian. **Moral Judgments in History**. In: History and Theory, Vol. 20, No. 3, Outubro/1981, p. 260-277.

PECAULT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

ROSENZWEIG, Roy; THELEN, David. **THE PRESENCE OF THE PAST: popular uses of history in American life**. New York: Columbia University Press, 1998.

_____. **CLIO WIRED: the future of the past in the digital age**. New York: Columbia University Press, 2011.

RÜSEN, Jörn. **RAZÃO HISTÓRICA – TEORIA DA HISTÓRIA: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Ed. UNB, 2001.

SHAFFER, Nancy E. **Understanding Bias in Scientific Practice**. In: Philosophy of Science, Vol. 63, Supplement, Setembro/1996, p. S89-S97.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **TRANSFERÊNCIAS CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA ATUAL: algumas constatações**. In: Anais XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – Unesp/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.

TORGERSON Carole J. **PUBLICATION BIAS: The Achilles' Heel of Systematic Reviews?** In: British Journal of Educational Studies, Vol. 54, No. 1, Março/2006, p. 89-102. UnB, 2002, vol.10 n. 1/2.